

DESDE OS ANTIGOS ENGENHOS DE FABRICAR AÇÚCAR: MARCAS TOPONÍMICAS NAS FAZENDAS DO TERRITÓRIO CATUENSE

Adriana Andrade Arnaut^{1,2}

José Gomes dos Santos²

Paulo Márcio Leal de Menezes³

¹ Instituto Federal Baiano (Campus Catu), ² Universidade de Coimbra, ³ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Santana do Catú possuía condições profícuas para plantar cana-de-açúcar e produzir açúcar. Passaram-se séculos e, no atual município de Catu, existem propriedades que atravessaram o tempo, carregando na toponímia marcas de povos que habitaram esse território. A cartografia histórica proporcionou o resgate desses traços identitários, através da listagem e classificação toponímica das propriedades, usando a comparação espacial das fazendas e engenhos em sistema de informação geográfica (SIG). Os topônimos de origem portuguesa prevalecem neste território, identificando-se também raízes indígenas e africanas. Observa-se a conexão dos nomes das propriedades com o lugar, refletidos, sobretudo, por elementos vegetais. Os topônimos registrados nos mapas revelam a forma de viver da população, retratando hábitos e aspectos do espaço, do período de elaboração do documento cartográfico.

Palavras-chave: Cartografia histórica; Catu; engenhos; fazendas; Toponímia.

Abstract

Santana do Catú had favorable conditions for planting sugarcane and producing sugar. Centuries have passed and, in the current municipality of Catu, there are properties that have traversed time, bearing in their toponymy marks of the peoples who inhabited this territory. Historical cartography provided the rescue of these identity traits, through the toponymic listing and classification of properties, using the spatial comparison of farms and mills in Geographic Information System (GIS). Toponyms of Portuguese origin prevail in this territory, also identifying indigenous and african roots. There is a connection between the names of the properties and the place, mainly reflected by vegetable elements. The toponyms registered on the maps reveal the population's way of life, portraying habits and aspects of space, from the period of elaboration of the cartographic document.

Key words: Historical cartography; Catu; mills; farms; Toponymy.

Introdução

No período áureo da produção açucareira na Bahia, por volta do século XVIII, despontaram os engenhos de fabricar açúcar no território da freguesia de Santana do Catú. Consoante Ferreira (1958a, p. 154), no ano de 1787 o “[...] Frei D. Antônio Correia, então arcebispo da Bahia, a pedido da população, elevou a capela à categoria de freguesia, com a denominação de Santana do Catu”. Entretanto, a promoção à freguesia só foi efetivada em 1796, com o território pertencente à Vila de São Francisco da Barra do Sergi do Conde (FERREIRA, 1958b).

De acordo com Barickman (2003), os portugueses e seus descendentes plantaram cana-de-açúcar, via escravidão, e construíram engenhos em locais que tivessem solo propício ao cultivo. Nas vilas de São Francisco do Conde, Santo Amaro e na freguesia de Iguape, havia inúmeros engenhos e eram consideradas as principais localidades de produção de açúcar do Recôncavo Baiano.

Segundo Oliveira (2015), o Engenho Pojuca (Figura 1) é apontado como a propriedade mais antiga dessa região. O registro deste engenho em documentos históricos, a exemplo do mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos e Comarca de Sergipe Del Rey e do Requerimento de D. Bernarda d'Assumpção Freire de Carvalho, no qual pede a confirmação da posse dos terrenos pertencentes ao Engenho da Pojuca, que seu falecido marido Manuel José de Carvalho, comprara ao Coronel Martinho de Sousa e Albuquerque (Figura 2), atestam a importância dessa propriedade para Santana do Catú, além de ser um balizador no entendimento geo-histórico da ocupação territorial catuense.

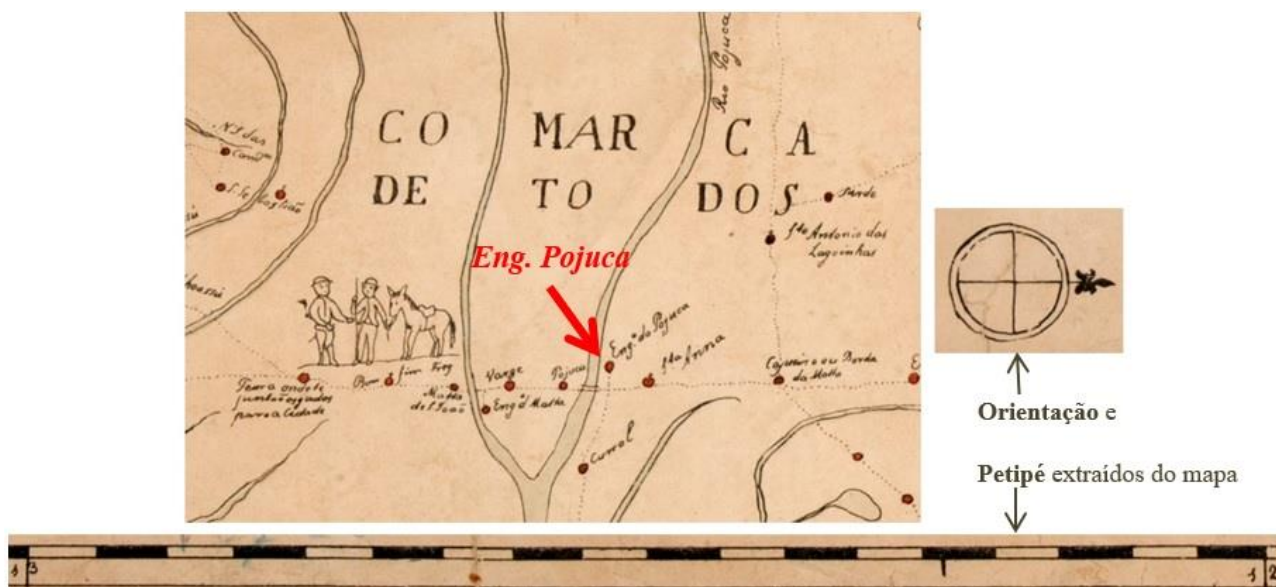


Figura 1. Trecho do mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos [...], com destaque à indicação do Engenho Pojuca/Eng. da Pojuca. Fonte: Adaptado de COMARCA (s.d.).

*Dona Bernarda da Assumpção, f.ª e Cair. Viuva do Sr. Cor.
Mansel, f.º de Car. moradora na cidade da B.ª, comprando o def.º Sr. marido por
setenta e sete mil Cruzados d'inh.ª avizta ao Cor.º Martinho de Souza e Albuquerque,
n.º da Cor.ª à 20.ª annos o En.º da Pojuca com as mesmas contr.º razões com q.º o res.º
do Sr. Cap. Amaro de Souza Cout.º o tinha possuido; as q.º contr.º razões sempre foram*

Figura 2. Trecho do Requerimento [...]. Fonte: Adaptado de ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (1798).

Conforme Oliveira (2015, p. 30), no século XIX, a freguesia de Santana do Catú possuía “47 engenhos e 33 fazendas”, fato que legitimava a relevância de natureza fundiária do território catuense. Conceitualmente, engenho consistia no maquinário utilizado para fazer papel, moer cana e fabricar açúcar (BLUTEAU; SILVA, 1789). No Brasil, ainda hoje, a denominação fazenda é utilizada para terras cultivadas de lavoura ou de criação de gado.

Freguesia dotada de um solo fértil para o plantio da cana-de-açúcar, Barickman (2003, p. 43) relata que “o fumo e a mandioca também eram cultivados em Santana do Catu [...]”. Além disso, nas terras catuenses criava-se gado, bem como plantava-se algodão e produzia-se gêneros agrícolas, tais como: açúcar, aguardente, tabaco e farinha (REQUERIMENTOS, 1809).

A Estrada Real das Boiadas cruzava o território catuense e, através dela, era feito o transporte de gado da região do rio São Francisco até a cidade da Bahia (Salvador) e dava-se vazão à produção das propriedades para a comercialização em feiras da região e de Salvador. Parte da produção agrícola era vendida nas feiras locais (OLIVEIRA, 2015), sendo que o tabaco e o açúcar, principalmente, eram enviados para a Europa. No estudo de Barickman (2003, p.28) afirma-se que, no início do século XIX, “a Bahia exportou mais açúcar do que qualquer outra capitania brasileira; e da Bahia também veio quase todo o fumo brasileiro vendido na Europa”, além de abastecer o mercado local.

Em 1863, com a implantação da sexta seção da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco (Bahia and San Francisco Railway), ligando o povoado de Pojuca à Vila de Santo Antonio das Alagoinhas (atual Alagoinhas), houve um aumento no trânsito de pessoas e mercadorias em Santana do Catú, pois, nesta freguesia, instalou-se uma gare. Em estudo mais recente, Lima (2016, p. 3) aponta que a estrada de ferro cruzou o interior baiano, passando por vilas e povoados economicamente relevantes, “[...] em sua grande maioria, com engenhos, criação de gados e a indústria fumageira”.

Em função do aumento do valor do açúcar no exterior, por volta de 1868, deu-se início ao processo de povoamento e ápice econômico e social de Santana do Catú, cenário propício à sua emancipação política (OLIVEIRA, 2015). Desmembrada do município da Vila de São Francisco do Conde, Santana do Catú foi elevada à categoria de vila pela Lei Provincial nº 1053, de 26 de junho de 1868, com reconhecimento no ano de 1877, pelo Presidente da Província da Bahia (BAHIA, 1877).

No final do século XIX, com a queda do valor do açúcar no exterior e a abolição da escravidão, os engenhos baianos sofreram grande impacto e tiveram de adequar-se à nova realidade econômica com a implantação das usinas de açúcar (HEROLD, 2009). A Fábrica Central de Pojuca, segunda usina a ser instalada na Bahia, localizava-se no povoado de Pojuca, pertencente ao município de Santana do Catú, à margem da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco. Entretanto, mesmo com todo investimento, o crescimento das usinas modernas na Bahia não pôde conter a decadência secular do setor açucareiro neste estado (HEROLD, 2009).

Muitas propriedades resistiram à passagem dos séculos, mesmo sem a produção gênese – o açúcar, mas com as raízes no(do) território catuense. Ainda assim, a criação de gado e o cultivo de mandioca são atividades econômicas mantidas neste território, desde a sua colonização. No tocante às propriedades na transição dos séculos, a caracterização territorial de Santana do Catú que, entre outros aspectos, teve reflexo na própria toponímia, reflexos que se espelham na derivação da designação atual “Catu”, pode ser visualizada em documentos cartográficos antigos, contando com o apoio de outras fontes documentais históricas. Em se tratando das raízes das propriedades, uma característica marcante é, precisamente, a toponímia, pois, o nome do lugar pode resistir à mudança de períodos e carregar com ele a bagagem cultural do lugar, denotando traços do passado apagados, total ou parcialmente, pelo tempo. No nome de batismo inicial do município, Santana do Catú já apresentava uma toponímia com herança portuguesa e indígena. Entretanto, sabe-se que neste território, a cultura africana também se faz presente nos topônimos. Durante a colonização portuguesa, era frequente o uso de nomes de cunho religioso às denominações dos lugares, como foi o caso de Santana do Catú, onde a capela que originou a freguesia homenageava Santa Anna/Sant’Anna/Santana. Já o nome Catu é proveniente da língua indígena tupi e significa “bom, são, conservado” (BARBOSA, 1951, p. 46).

Diante deste contexto, o presente trabalho pretende listar e classificar a toponímia das propriedades (fazendas e engenhos) pertencentes ao território catuense, desde o século XIX até o XXI, utilizando documentos cartográficos antigos, algum dos quais revelam mesmo um perfil histórico. Tendo por base esta abordagem, assente na observação comparada e na interpretação de fontes cartográficas diversas, pretende-se destacar as marcas identitárias deixadas pelos povos que habitaram Catu ao longo do período estudado, que nos permitem avançar com a proposta de um perfil “ontogenético” do território em apreço, além de enfatizar as conexões dos nomes das propriedades com o lugar.

Materiais e métodos

Documentos cartográficos

Utilizou-se uma tríade de documentos cartográficos, de diferentes períodos e escalas, referentes ao município de Catu (BA), oriundos de acervos históricos oficiais do Brasil (Quadro 1).

Quadro 1. Documentos cartográficos selecionados.

Período	Documento cartográfico	Escala	Depositário
Séc. XIX (1888)	<i>Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú [...]</i> (Figura 3)	1.000 braças (\cong 1:44.000)	Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
Séc. XX (1939)	<i>Estado da Bahia - município de Catú</i> (Figura 4)	1:50.000	Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
Séc. XXI (2020)	<i>Geosserviço do Mapeamento Cartográfico do Estado da Bahia, na categoria Localidade</i>	1:25.000	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

Fonte: Elaboração própria.

Os mapas apresentados nas figuras 3 e 4 que, na origem, estavam em modelo de dados raster (matricial), obrigaram à implementação de um conjunto de procedimentos, tendo por meta o seu georreferenciamento, com auxílio de sistema de informação geográfica (SIG), ArcGIS/ESRI®, a fim de facilitar a extração, a visualização e a análise dos topônimos, em ambiente computacional. A utilização do Geosserviço da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA) favoreceu a análise dos topônimos, pois trata-se de fonte de dados espaciais atualizada e disponível gratuitamente, seguindo especificações próprias do Open Geospatial Consortium (OGC), sob o modelo vetorial. Empregou-se a categoria "Localidades dentro do município de Catu", com feições que possuíam na composição do atributo, as palavras "Fazenda" e "Sítio".



Figura 3. Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú, da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia). Fonte: MENESES (1888).



Figura 4. Estado da Bahia - município de Catú. Fonte: LAGO (1939).

Listagem e classificação dos topônimos

Os topônimos foram extraídos manualmente, com auxílio do SIG, e tabulados, respeitando a geolocalização análoga das feições geográficas (engenho e/ou fazenda), nos três documentos cartográficos utilizados neste estudo, gerando uma listagem de nomes das propriedades para cada produto cartográfico.

A classificação toponímica baseou-se na língua de origem do nome (indígena, portuguesa e outras) e na motivação toponímica. Neste trabalho, utilizou-se a taxonomia de natureza física e antropocultural (Quadro 2), proposta por Dick (1992), para justificar a motivação toponímica das fazendas e engenhos, pois trata-se de um estudo consolidado e compatível com a realidade brasileira. Dick desenvolveu classes sistematizadoras dos motivos ou das fontes geradoras dos nomes de lugares, que caracterizam a motivação toponímica.

Quadro 2. Taxonomia de natureza física e antropocultural proposta por Dick (1992).

Natureza	Classificação
Física	Astrotopônimo, Cardinotopônimo, Cromotopônimo, Dimensiotopônimo, Fitotopônimo, Geomorfotopônimo, Hidrotopônimo, Litotopônimo, Meteorotopônimo, Morfotopônimo, Zootopônimo
Antropocultural	Animotopônimo ou Nootopônimo, Antropotopônimo, Axiotopônimo, Corotopônimo, Cronotopônimo, Dirrematopônimo, Ecotopônimo, Ergotopônimo, Etnotopônimo, Hierotopônimo, Historiotopônimo, Hodotopônimo, Numerotopônimo, Poliotopônimo, Sociotopônimo, Somatotopônimo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Marcas identitárias no território catuense

Geraram-se gráficos para análise quantitativa da língua de origem e da motivação toponímica. Os resultados foram avaliados, considerando os valores apresentados, constatando o predomínio da língua de origem da toponímia, bem como, os fatores motivacionais acerca dos nomes das propriedades.

Resultados e discussão

Constatou-se que o mapa do século XIX (1888) evidencia o maior quantitativo de nomes das propriedades (Quadro 3), num total de 85, dentre os quais, 59 são engenhos e 26 são fazendas ou “terras de muitos possuidores” (cf. referido no documento cartográfico de 1888). Nesta planta, nota-se que algumas propriedades exibem geometria, mas não possuem denominação (sem toponímia) e, por esta razão, não foram contabilizadas.

Quadro 3. Quantidade de topônimos listados e classificados por documento cartográfico.

Documento cartográfico	Topônimos	
	Listados	Classificados
1888	85	84
1939	68	66
2020	43	41

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que, na planta de 1888 (Figura 5A), os engenhos apresentam simbologia pontual, enquanto as fazendas são representadas por polígonos. Nos documentos cartográficos de 1939 (Figura 5B) e 2020 (Figura 5C), existem apenas fazendas, sendo estas, caracterizadas pela geometria de pontos. Entretanto, cabe destacar que neste trabalho foi analisada a toponímia destas feições geográficas, considerando, também, a geolocalização das mesmas.

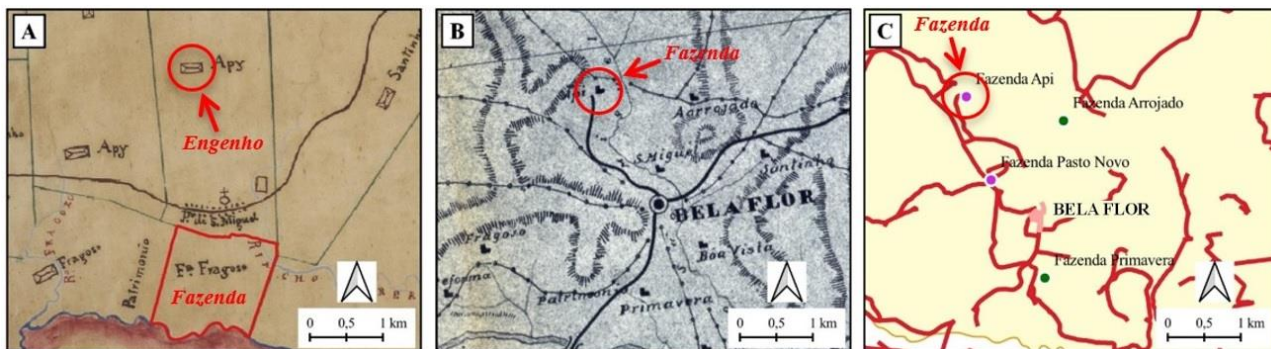


Figura 5. (A) Trecho da Planta Topographica [...] com fazendas (geometria de polígonos) e engenhos (pontos). (B) Trecho do Mapa [...] município de Catú com fazendas (pontos). (C) Trecho da base WFS com fazendas (pontos). Fonte: Adaptado de MENESES (1888), LAGO(1939) e SEI (2020).

Os resultados referentes à origem linguística dos nomes das propriedades seguem apresentados (Figura 6) em valores absolutos, de acordo com os documentos cartográficos analisados.

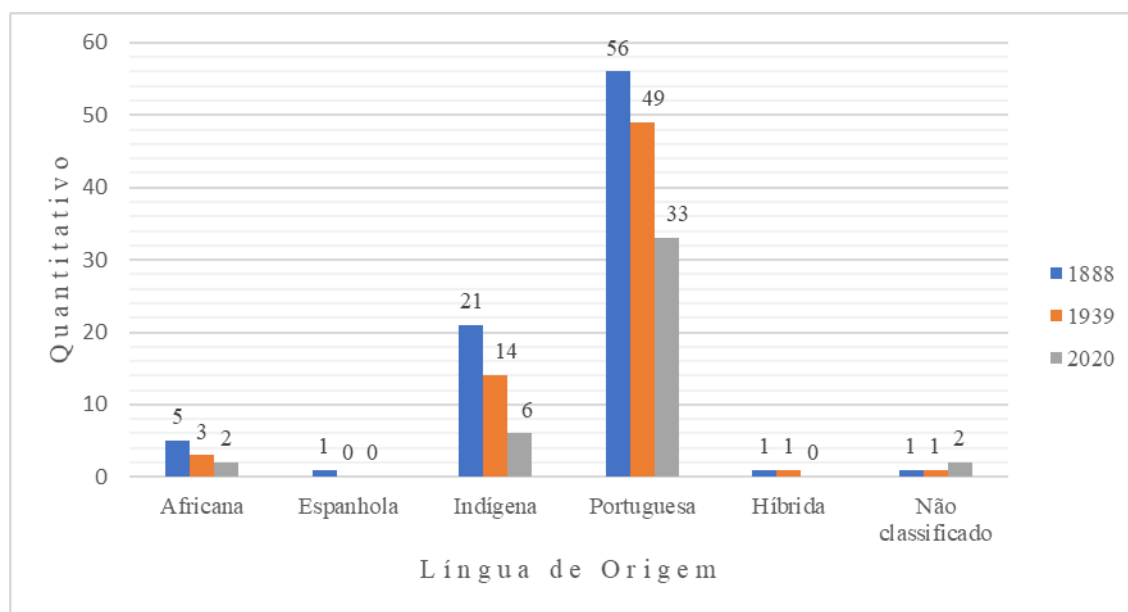


Figura 6. Distribuição dos topônimos segundo a origem linguística. Fonte: Elaborado pelos autores.

Constatou-se que, em ambos os documentos cartográficos analisados, a língua predominante nos nomes das propriedades é a portuguesa, seguida pelas denominações de origem indígena. Desde o documento mais antigo, datado de 1888, que se vê os traços identitários portugueses na toponímia das fazendas e dos engenhos. Isto denota o processo da posse de terras, antecedendo a datação da planta, onde engenhos e fazendas eram de propriedade de portugueses ou de seus descendentes, já nascidos no Brasil. Neste caso, os nomes das fazendas e dos engenhos, na sua maioria, têm um sentido de “apego” às raízes culturais dos proprietários das terras.

A toponímia de língua africana marca presença discreta entre as propriedades do território catuense. Não há muita discrepância do quantitativo de topônimos originalmente africanos, entre os documentos cartográficos analisados. Na planta de 1888, apresentam-se os engenhos “Cassarangongo”, “Mucambo” e “Quiricó”, além das fazendas “Macacos” e “Quiricó”. Para o mapa de 1939, têm-se as fazendas “Cassarangongo”, “Macacos” e “Mucambo”. Já os dados vetoriais de 2020, introduzem referências às fazendas “Aruanda” e “Quiricó”.

Merece também referência, digna de algum destaque, o fato de existir apenas um caso de topônimo originário da língua espanhola, no documento cartográfico de 1888. Trata-se da denominação “Cabirlas”, cujo significado corresponde às festas que se celebram em honra dos deuses cábiros (gregos) (DOMINGUEZ, 1849, tradução livre)¹.

Quanto à ocorrência de topônimo híbrido, formado por palavras originárias de diversas línguas, têm-se as denominações “Fábrica Central de Pujuca”, na planta de 1888, e “B. do Tatú” (Buraco do Tatú), no mapa de 1939. Ambas são compostas por palavras da língua portuguesa e indígena, sendo que, no mapa de 1939, “Buraco” é definido como furo ou cova (BLUTEAU; SILVA, 1789) e “Tatu”, “[...] Réptil de que ha as espécies : bola, e peba” (sic) (RUBIM, 1853, p. 73). Para a denominação de 1888, as palavras de origem portuguesa têm o seu significado referido a Bluteau e Silva (1789): “Fábrica”, casa onde se trabalham e fabricam panos, chapéus, sedas e outras manufaturas; “Central”, que está no centro. A palavra indígena “Pujuca” (Pojuca), traduz pântano, podre, estagnado (SAMPAIO, 1901).

Em se tratando da classificação taxonômica, lista-se a seguir (Quadro 4) os nomes das propriedades extraídos dos documentos cartográficos, respeitando a equivalência entre as feições geográficas nos três produtos analisados. Vale ressaltar que a expressão Não pertence a Catu significa que a propriedade não faz parte do perímetro municipal representado no mapa ou no vetor relacionado ao atual limite do município de Catu. Já o termo Não classificado corresponde aos topônimos que não foram categorizados. A expressão Não localizado indica a não identificação da feição geográfica e seu topônimo correspondente. Neste caso, sugere-se que a propriedade possa ter sido desmembrada ou extinta ou até ter mudado de nome. No mesmo quadro (cf. Quadro 4), optou-se por discretizar a classificação taxonômica e origem linguística da planta de 1888, por ser a representação cartográfica analisada com data mais antiga (um documento histórico), estando mais próxima da realidade original da área de estudo.

¹ Cabirlas, s. f. pl. Mit. Fiestas que se celebraban en honor de los dioses cábiros (DOMINGUEZ, 1849, p. 95).

Quadro 4. Equivalência entre os topônimos dos documentos cartográficos de 1888, 1939 e 2020. Classificação taxonômica e origem linguística dos topônimos de 1888.

Topônimo 1888	Taxonomia 1888	Origem linguística 1888	Topônimo 1939	Topônimo 2020
Agua grande	Hidrotopônimo	Portuguesa	Agua Grande	<i>Não localizado</i>
Apy	Ergotopônimo	Indígena	Api	Api
Apy	Ergotopônimo	Indígena	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Araponga	Zootopônimo	Indígena	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Araticum	Fitotopônimo	Indígena	Araticum	<i>Não localizado</i>
Arauári	Zootopônimo	Indígena	Arauári	<i>Não localizado</i>
Bacalhão	Ergotopônimo	Portuguesa	Bacalhau	<i>Não localizado</i>
Baicha funda	Geomorfotopônimo	Portuguesa	Baixa Funda	Baixa Funda
Baixa da Sinsa	Geomorfotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Belmon	Antropotopônimo	Portuguesa	Belmon	<i>Não localizado</i>
Bitancó	<i>Não classificado</i>	<i>Não classificado</i>	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Breção	Hidrotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Boipeba	Zootopônimo	Indígena	Boipeba	<i>Não localizado</i>
Brejo	Hidrotopônimo	Portuguesa	Brejo	<i>Não localizado</i>
Brotas	Hierotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Bulandeira	Sociotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Cabeça do negro	Somatopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Cabirlas	Hierotopônimo	Espanhola	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Caboculo	Etnotopônimo	Indígena	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Cajaseira	Fitotopônimo	Indígena	Cajazeiras	<i>Não localizado</i>
Camaçari	Fitotopônimo	Indígena	Camassary	<i>Não localizado</i>
Canabraba	Fitotopônimo	Portuguesa	Canabrava	<i>Não localizado</i>
Canabraba	Fitotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Canjaranas	Fitotopônimo	Indígena	Canjaranas	<i>Não localizado</i>
Cassarangongo	Hierotopônimo	Africana	Cassarangongo	<i>Não localizado</i>
Conceição	Hierotopônimo	Portuguesa	Conceição	Conceição
Cruz de Almas	Hierotopônimo	Portuguesa	Cruz das Almas	<i>Não localizado</i>
da Grota	Geomorfotopônimo	Portuguesa	Grotas	Grota
Fabrica Central de Pujuca	Sociotopônimo	Portuguesa + Indígena	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Flexas	Ergotopônimo	Portuguesa	Flecha	<i>Não localizado</i>
Fragoso	Antropotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Fragoso	Antropotopônimo	Portuguesa	Fragoso	<i>Não localizado</i>
Gameleira	Fitotopônimo	Portuguesa	Gameleira	<i>Não localizado</i>
Hermida	Hierotopônimo	Portuguesa	Ermida	<i>Não localizado</i>
Jequitia	Fitotopônimo	Indígena	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Joze Alves	Antropotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Lagoa escura	Hidrotopônimo	Portuguesa	Lagoa Escura	Lagoa Escura
Lama branca	Litotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Lameiro branco	Litotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Lodo	Litotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Macacos	Zootopônimo	Africana	Macacos	<i>Não localizado</i>

Maletas	Animotopônimo	Portuguesa	Maleitas	Maleita
Maltez	Axiotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Miranga	Zootopônimo	Indígena	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Moreira	Antropotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Mucambo	Ecotopônimo	Africana	Mucambo	<i>Não localizado</i>
Onça	Zootopônimo	Portuguesa	Onça	<i>Não localizado</i>
Onça	Zootopônimo	Portuguesa	Onça	<i>Não localizado</i>
Osso do boi	Somatopônimo	Portuguesa	Osso do boi	<i>Não localizado</i>
Panelas	Ergotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Paraíso	Animotopônimo	Portuguesa	Paraízo	<i>Não localizado</i>
Pau-lavrado	Ergotopônimo	Portuguesa	Pau Lavrado	<i>Não localizado</i>
Pereira	Antropotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Pindobal	Fitotopônimo	Indígena	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Pindobal	Fitotopônimo	Indígena	Pindobal	Pindobal
Pujuca	Hidrotopônimo	Indígena	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Purificação	Hierotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Quiricó	Somatopônimo	Africana	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Quiricó	Somatopônimo	Africana	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Remedio	Hierotopônimo	Portuguesa	Remedio	<i>Não localizado</i>
Riachão	Hidrotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Riaxão	Hidrotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Ricife	Geomorfotopônimo	Portuguesa	Recife	<i>Não pertence a Catu</i>
Rio do Negro	Hidrotopônimo	Portuguesa	Rio Negro	<i>Não localizado</i>
Rio Vermelho	Hidrotopônimo	Portuguesa	Rio Vermelho	<i>Não localizado</i>
Rodete	Ergotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
S. Franco.	Hierotopônimo	Portuguesa	S. Francisco	<i>Não localizado</i>
S. João	Hierotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Saco da Onça	Geomorfotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Sambambaia	Fitotopônimo	Indígena	Samambaia	<i>Não localizado</i>
Santiago	Hierotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Santinho	Axiotopônimo	Portuguesa	Santinho	<i>Não localizado</i>
Sapé	Fitotopônimo	Indígena	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Sismaria	Sociotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Sítio-novo	Sociotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Sta. Anna	Hierotopônimo	Portuguesa	<i>Não localizado</i>	Modelo
Sto. Antonio	Hierotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Tabocal	Fitotopônimo	Indígena	Tabocal	<i>Não localizado</i>
Tabocas	Fitotopônimo	Indígena	<i>Não localizado</i>	<i>Não localizado</i>
Tereré	Ergotopônimo	Indígena	Terere	<i>Não localizado</i>
Timbó	Fitotopônimo	Indígena	Timbó	<i>Não localizado</i>
Vargem	Geomorfotopônimo	Portuguesa	<i>Não pertence a Catu</i>	<i>Não pertence a Catu</i>
Viadinho	Zootopônimo	Portuguesa	Viadinho	Veadinhos
Xiqueiro	Ergotopônimo	Portuguesa	Chiqueiro	<i>Não localizado</i>
Xiqueiro	Ergotopônimo	Portuguesa	Chiqueiro	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Aarrojada	Arrojado

<i>Não localizado</i>	-	-	Alegria	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Altamira	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	B. do Tatú	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Baixa de Areia	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Bôa Vista	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Cavacos	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Conhos	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Cova da Onça	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Formiga	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Fortuna	Fortuna
<i>Não localizado</i>	-	-	Goma	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Insp. Regional	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Lagoa	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Olhos d'Água	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Paca	Pacas
<i>Não localizado</i>	-	-	Patioba	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Pistola	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Primavera	Primavera
<i>Não localizado</i>	-	-	Recreio	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Reforma	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	S. Miguel	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Sant'Ana	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	Varões	<i>Não localizado</i>
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Aleluia
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Aruanda
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Baixão
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Boa Sorte
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Comesso
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Creto
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	do Baixinho
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	do Estado
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Encontro das Águas
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Estanque
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Gameleira de Cima
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Januísa
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Mangueira
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Maria de Lourdes
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Nova Canoa
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Olho d'Água
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Oliveira
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Pasto Novo
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Pinheiro
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Quiricó
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Recanto das Palmeiras
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Riacho Beira Rio

<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Santa Germana
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Santa Helena
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Santa Teresinha
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Santo Antônio
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	São José
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Sucupira
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Tabocas
<i>Não localizado</i>	-	-	<i>Não localizado</i>	Tauá

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos vetores da SEI, salienta-se a existência da “Fazenda Modelo”, local onde funciona o campus Catu, do Instituto Federal Baiano (IFBaiano). Essa propriedade foi adquirida pelo Governo do Estado da Bahia, em 03 de fevereiro de 1897, nas terras pertencentes à antiga “Fazenda Sant’Anna” (CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DA COMARCA DE MATA DE SÃO JOÃO, 2010). Assim, consiste na única propriedade identificada com alteração toponímica, por conhecimento do registro cartorial da área em questão.

A partir da classificação taxonômica dos nomes das propriedades, comparou-se o quantitativo da motivação toponímica para cada documento cartográfico analisado (Figura 7).

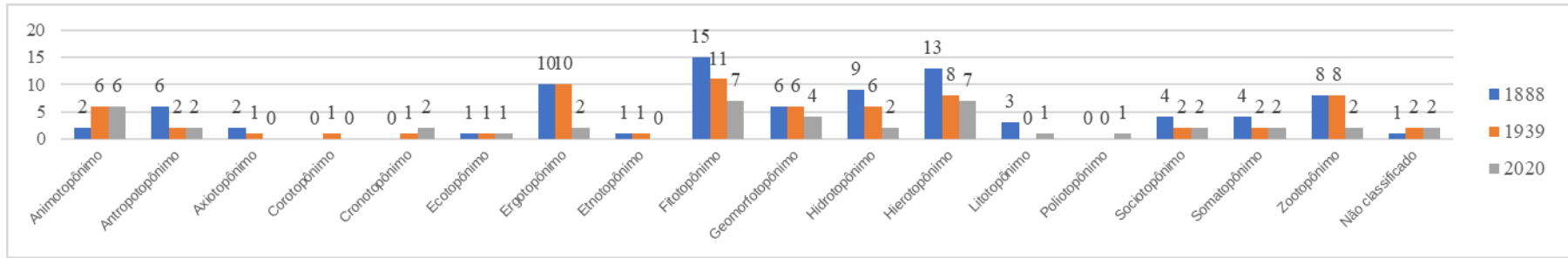


Figura 7. Classificação taxonômica da motivação toponímica. Fonte: Elaborado pelos autores.

A observação atenta desta figura permitiu-nos concluir que a classe dos Fitotopônimos apresenta o maior quantitativo para as denominações das propriedades dos documentos cartográficos de 1888 e 1939, evidenciando uma preferência notória dos nomeadores por elementos da natureza como, por exemplo, espécies vegetais, na sua maioria do estrato arbóreo. “Araticum”, “Cajazeiras”, “Camaçari”, “Canjaranas”, “Jequitia”, “Patioba”, “Pindobal”, “Samambaia”, “Sapé”, “Timbó” e “Tabocas” são exemplos de nomes de propriedades catuenses, originalmente indígenas, identificados nos citados mapas, além de “Canabrava” e “Gameleira”, de origem portuguesa. Dentre as referidas propriedades, apenas se detectou a “Fazenda Pindobal” nos dados vetoriais de 2020, por meio de comparação entre os produtos cartográficos analisados. Ayrosa (1933, p. 35) refere que o ato de nomear os lugares é rigorosamente descritivo, ou seja, os topônimos “[...] traduzem aspectos notáveis dos lugares; hábitos, feitos ou vozes dos animaes; cheiro, côr ou propriedades das plantas e fructos” (sic).

Em se tratando dos dados vetoriais do Geosserviço da SEI, os Hierotopônimos, os quais fazem menção aos nomes sagrados, festividades religiosas e locais de culto; e os Fitotopônimos se destacam com o maior total de nomes das fazendas. “Aleluia”, “Conceição”, “Santa Germana”, “Santa Elena”, “Santa Terezinha”, “Santo Antônio” e “São José” são exemplos de topônimos de cunho religioso, sendo todos de origem portuguesa. Lind (1963, p. 27) declara que “Os descobridores e colonizadores portugueses levaram como bagagem espiritual, a sua religião, a sua língua e as suas tradições culturais, e através destas foi introduzida a nomenclatura pátria [...]”. Isso comprova uma “certa” tradição de fé das pessoas que ali vivem/viveram, em nomear os lugares com elementos ligados à cultura religiosa, principalmente nomes de santos. No meio das supraditas propriedades, encontra-se a “Fazenda Conceição”, que atravessou séculos no território catuense, mantendo o topônimo original. Ainda nos dados vetoriais, além da já citada “Fazenda Pindobal”, identificaram-se as fazendas “Gameleira de Cima”, “Mangueira”, “Pasto Novo”, “Pinheiro”, “Tabocas” e “Sucupira”, todas com alusão a vegetais. Dentre estas denominações, apenas as duas últimas são topônimos de origem indígena.

Na flora do território catuense havia um agrupamento de Madeiras de Lei (pau d’arco, sucupira, sapucaia, vinhático, cedro etc.) utilizadas também para exportação (ALMANAK LAEMMERT, 1930). O reino vegetal apresentava um rico material para as denominações dos lugares e esta riqueza está bem retratada na semântica toponímica que podemos encontrar nas fazendas catuenses, designações que, em diversos casos, chegaram aos dias atuais. Assim, desde os antigos engenhos de fabricar açúcar até a atualidade, com base na cartografia de 1888, 1939 e 2020, oito propriedades mantiveram a toponímia na transposição dos séculos. A saber: “Fazenda Api”, “Fazenda Baixa Funda”, “Fazenda Conceição”, “Fazenda Grota”, “Fazenda Lagoa Escura”, “Fazenda Maleita”, “Fazenda Pindobal” e “Fazenda Veadinhos”. A língua de origem portuguesa predomina dentre os topônimos elencados. Admite-se que este quantitativo de propriedades pode sofrer alteração, à medida que seja realizada pesquisa in loco.

Conclusão

Os documentos cartográficos estudados neste trabalho viabilizaram a visualização da configuração espacial das propriedades, da época em que foram cartografados. Considerando esse

aspecto, pôde-se analisar a geolocalização dos engenhos e das fazendas e, através do software ArcGIS®, verificar quais foram as propriedades que mantiveram a toponímia ao longo dos anos.

Em conformidade com Lind (1963, p. 82), “Os nomes estão geralmente radicados na natureza ou na história locais que muitas vezes dão no cravo com viva expressividade [...]”. Esta afirmação eleva o sentido da toponímia das propriedades de Catu, pois os nomes dos lugares denotam a forma de viver da população nas suas diferentes fases de ocupação, contando também com o aspecto da natureza do espaço vivenciado com referências constantes, principalmente, a elementos vegetais notáveis, que marcam a identidade dos lugares onde se encontram implantados.

As marcas toponímicas presentes nas propriedades do território catuense vão desde a discreta influência da cultura africana, passando por nomes que carregam elementos da natureza com os indígenas, solidificando as denominações com a cultura do colonizador português, sem dúvida, predominantes; e estão vinculadas às características locais, tanto humanas quanto físicas, que foram determinantes no momento e no ato de nomear os lugares, as fazendas e os engenhos. Este fato pode ser comprovado ao se observar a classificação dos 59 engenhos existentes na planta de 1888, dentre os quais, 39 (□ 66%) apresentam nomes originários da língua portuguesa; e, das 26 fazendas ou “terras de vários possuidores”, 17 (□ 65%) também possuem toponímia portuguesa.

De acordo com as fontes utilizadas neste trabalho, o município de Catu sempre possuiu território de solo fértil, com ricos cursos d’água e vegetação diversificada. Deste modo, tornou-se um ambiente favorável à implantação de engenhos e fazendas, propriedades que atravessaram séculos revelando as marcas culturais desse município, através da toponímia.

A cartografia antiga e histórica, complementada por outras fontes documentais, tem sua importância na observação e interpretação da identidade dos territórios, sendo inclusive, útil para dirimir contencioso, particulares ou estatais, sempre que outras ferramentas não permitam, por si só, decodificar esses elementos e alcançar soluções justas e espacialmente sustentadas.

Referências

ALMANAK LAEMMERT. 86 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1930.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Requerimento de D. Bernarda d’Assumpção Freire de Carvalho, no qual pede a confirmação da posse dos terrenos pertencentes ao Engenho da Pojuca, que seu falecido marido Manuel José de Carvalho, comprara ao Coronel Martinho de Souza e Albuquerque. Bahia: Biblioteca Nacional, 1798.

AYROSA, P. **Primeiras noções de tupi.** São Paulo: [editor?], 1933.

BAHIA, P. DA P. **Relatorio com que ao Illm. e Exm. Snr. Dezembargador Henrique Pereira de Lucena, passou a administrao da Provincia em 5 de fevereiro de 1877 o Exm Snr. Conselheiro Luiz Antonio da Silva Nunes.** Bahia: Typographia do Jornal da Bahia, 1877.

- BARBOSA, P. A. L. **Pequeno vocabulário Tupi-Português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BLUTEAU, R. (1638-1734); SILVA, A. de M. (1755-1824). **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)**. 1. ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DA COMARCA DE MATA DE SÃO JOÃO. **Certidão**. Mata de São João, 2010.
- COMARCA** da Bahia de Todos os Santos e Comarca de Sergipe Del Rey. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, [s.d.]. 1 mapa, colorido, 56,5 cm x 48,5 cm.
- DICK, M. V. DE P. DO A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- DOMINGUEZ, R. J. **Diccionario nacional**: ó gran diccionario clasico de la lengua española. Madrid: Establecimiento Tipografico de Mellado, 1849.
- FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. XX. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958a.
- FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958b.
- HEROLD, M. A importação de maquinário de açúcar para debelar a crise do açúcar na Bahia no período de 1875 - 1914. **Revista Ciências Administrativas**, v. 15, n. 1, p. 11–37, 2009.
- LAGO, J. L. B. **Estado da Bahia** - município de Catú. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1939. 1 mapa, preto e branco, 104 cm x 61 cm. Escala 1:50.000.
- LIMA, K. M. S. do N. Bahia and San Francisco Railway, a ferrovia que rasgou o interior baiano: impactos econômicos, políticos e sociais nas Vilas e povoados do primeiro trecho, (1852-1863). In: VIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, [s.n.], 2016, Feira de Santana. **Anais eletrônicos...** Feira de Santana, UEFS, 2016. Disponível em: <<http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/site/anaiscomplementares?AREA=2593>>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- LIND, I. **De Portugal ao Brasil**. Um pequeno estudo de toponímia brasileira. Lisboa: Casa Portuguesa, 1963.
- MENESES, N. Q. DE. **Planta topographica da freguezia e municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1888. 1 mapa, aquarelado, 65 x 86,5 cm. Escala 1.000 braças.
- OLIVEIRA, M. S. **A imperial vila de Santana do Catu** - Histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo Baiano. Salvador: Quarteto, 2015.

REQUERIMENTOS e ofícios referentes ao pedido dos habitantes de Santana do Catu a S.M. de elevar esta freguesia a categoria de vila. Santo Amaro: Biblioteca Nacional, 1809. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000753/mssp0000753.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2019.

RUBIM, B. DA C. **Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito Impresor da Casa Imperial, 1853.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geographia Nacional**. São Paulo: Typ. da Casa Ecletica, 1901.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Geoserviços** - Baseados em Vetores - Cartografia de Referência - Cartografia 1:25.000. Disponível em: <http://servicos.geo.sei.ba.gov.br/wfs/cb_25k_localidades>. Acesso em: 26 jul. 2021.